

## RAZÃO PÚBLICA E DEMOCRACIA DELIBERATIVA A PARTIR DA ATUAÇÃO DE AMICI CURIAE EM PROCESSOS JUDICIAIS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Juliana de Araújo Queiroz<sup>1</sup>, Robison Tramontina<sup>2</sup>

1. Discente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Chapecó, SC

2. Docente do Programa de Pós- Graduação em Educação, Unoesc, Chapecó, SC

**Autor correspondente:** Juliana de Araújo Queiroz, julianaraujoqsj@gmail.com

**Área:** Ciência Jurídica

**Introdução:** A pesquisa parte do estudo dos pressupostos filosóficos da justiça como equidade de John Rawls, adotada como teoria de base da pesquisa, para compreender se a atuação da sociedade civil, por meio de amicus curiae, no processo constitucional pode fornecer um suporte democrático para a razão pública do Supremo Tribunal Federal. Na justiça como equidade, um tribunal constitucional é o local exemplar de exercício da razão pública, pois deve torná-la continuamente apropriada. **Objetivo:** Estudar a atuação da sociedade civil, por meio de amicus curiae, no processo constitucional como suporte para a razão pública do Supremo Tribunal Federal alinhado com a democracia, ao passo que reflete em um meio para fortalecê-la, visando responder à pergunta: a atuação de amici curiae em processos judiciais de controle de constitucionalidade democratiza o debate público e contribui para justificar a razão pública do Tribunal? **Método:** Tratou-se de pesquisa qualitativa, que utilizou recursos bibliográficos e documentais, de fonte primária. Os dados foram levantados por técnica de documentação indireta, com pesquisa documental e bibliográfica. **Resultados:** A atuação de amici curiae em processos judiciais de controle de constitucionalidade pode contribuir para a legitimidade democrática e a estabilidade da razão pública em decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal. **Conclusão:** O argumento central da pesquisa propõe que ouvir a sociedade em fóruns públicos de deliberação, por meio da atuação de amici curiae, e considerar os documentos e argumentos levados por eles ao fórum judicial, democratiza o debate público e contribui para justificar a razão pública do Tribunal. Isso confere legitimidade democrática e estabilidade à razão pública em decisões do Supremo Tribunal Federal.

**Palavras-chave:** Amicus Curiae; Controle de Constitucionalidade; Justiça como equidade; Razão Pública; Supremo Tribunal Federal.

**Agradecimentos:** A autora Juliana de Araújo Queiroz agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de iniciação tecnológica (PIBITI).